

Porto.

PROPOSTA

Agende-se



Considerandos:

1. Nos termos das disposições do Título II da Parte F do Código Regulamentar do Município do Porto, a cedência do gozo ou fruição de imóveis municipais para fins de interesse público é concretizada mediante contrato a outorgar entre o Município e a entidade beneficiária, do qual constam as obrigações assumidas pelas partes.
2. Ali vem estabelecido que a disponibilização de imóveis tem sempre lugar por períodos limitados de tempo, mediante o pagamento de uma contrapartida financeira, ainda que de valor simbólico, não podendo ser automaticamente renovados.
3. O prazo para renovação dos contratos de cedência temporária elencados no quadro anexo I à presente proposta decorrerá no primeiro trimestre de 2020.
4. As ações de fiscalização, que constam das informações identificadas no anexo I, atestam que têm sido cumpridas as respetivas disposições contratuais.
5. De acordo com o artigo 25.º, n.º 1, alínea j), do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal "deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população".

Propõe-se,

A Câmara Municipal do Porto delibera:

- submeter à Assembleia Municipal por força do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a renovação dos contratos identificados no anexo I da presente proposta.

Porto, Paços do Município, 13 de dezembro de 2019.

O Presidente da Câmara,

Rui Moreira



Anexos:

I - Listagem de imóveis em cedência temporária com termo no 1.º trimestre de 2020 para aprovação pela Assembleia Municipal.

Cópia dos contratos de cedência temporária.

V. n.º



Visada

Direção Municipal de Serviços Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Renovação dos contratos de cedência temporária dos imóveis municipais, identificados no anexo I – 1.º trimestre 2020.

NUD: 459537/2019/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Reunião Pública do Executivo Municipal de 23 de dezembro de 2019.

O Diretor Municipal da Presidência



Adolfo Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Deliberação sobre a Renovação dos contratos de cedência temporária dos imóveis municipais, identificados no anexo I – 1.º trimestre 2020.

NUD/459537/2019/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 2020.

O Presidente



Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária



Paula Ribeiro de Faria

O 2.º Secretário



José Serôdio

Anexo I - Listagem de imóveis em cedência temporária com termo no 1.º trimestre 2020											
C.C.T.	Entidade	Localização	Destino	Fiscalização	Obrigações			Valor mensal		Data de Termo	Órgão
					Financeiras	Afetação do bem	Certidões não dívida	2019	2020		
267	União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Calçada das Virtudes, 2	Armazém e sala de reuniões	NUD/401024/2019/CMP	Sim	Sim	Sim	110,61 €	111,17 €	22/01/2020	Assembleia Municipal
412	Junta de Freguesia do Bonfim	Rua de Vera Cruz, 12	Atividades de apoio social	NUD/401044/2019/CMP	Sim	Sim	Sim	30,9 €	31,06 €	29/03/2020	Assembleia Municipal

CSS9
33

CONTRATO DE CEDÊNCIA TEMPORÁRIA

Referência: 267
Proc. / Parcela: 1471-A
Registo Informático: 6623 ✓

PA

Primeiro Outorgante: Município do Porto, pessoa colectiva n.º 501306099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, representado pelo Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Fernando da Silva Rio, adiante identificado como Primeiro Outorgante,

e

Segunda Outorgante: Freguesia de Miragaia, pessoa colectiva n.º 506860434, com sede no Campo Mártires da Pátria n.º 22, 4050-365 Porto, representada pela Ex.ma Senhora Presidente da Junta, Dr.ª Maria Cecília Pinto da Silva Sampaio, adiante identificada como Segunda Outorgante.

Considerando que:

1 – Por despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, de 11-01-1985, a Segunda Outorgante foi autorizada a ocupar a Cave e logradouro do prédio sito na Calçada das Virtudes, n.º 2, nesta cidade, para armazém e outras actividades da Junta de Freguesia, nomeadamente, para sala de reuniões e outras actividades de interesse da freguesia.

2 – No dia 20 de Abril do corrente ano de 2010, entraram em vigor as alterações ao Código Regulamentar do Município do Porto (CRMP), introduzidas pelo Aviso n.º 7791/2010, publicado no Diário da República, 2.º Série, N.º 75, de 19 de Abril de 2010;

3 – Foi consagrada a obrigação de todas as cedências de instalações municipais para fins de interesse público concretizadas até à data da entrada em vigor do novo CRMP, serem adaptadas às normas que constam nos artigos F-2/1.º a F-2/9.º do Título II da Parte F do Código revisto, no prazo de um ano, sob pena de se verificar a caducidade das mesmas.

4 – Entre outras disposições inovatórias, prevê-se o fim da gratuidade absoluta da ocupação e estipula-se o pagamento de uma renda, ainda que a título meramente simbólico, mas nunca inferior à mais alta das rendas mínimas praticadas para os bairros municipais.

Assim, dando cumprimento às citadas disposições regulamentares, é celebrado o presente contrato que passará a reger as condições da cedência nos termos das seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a

(Objecto)

1. Pela cedência do gozo do espaço municipal identificado no Considerando n.º 1, a Segunda Outorgante passará a pagar ao Primeiro Outorgante uma contrapartida financeira no montante de 100,00 € mensais.
2. O pagamento daquele valor será devido a partir da data de assinatura do presente contrato e será efectuado entre o dia 1 e o dia 9 de cada mês, entendendo-se que se o último for Sábado, Domingo ou Feriado, o prazo terminará no dia útil imediato. Este pagamento poderá ser efectuado na Tesouraria, CTT ou Multibanco.
3. A falta do pagamento no prazo definido no número antecedente, implica a cobrança de juros de mora.
4. Decorrido um ano de celebração do presente contrato, o valor da contrapartida fica sujeito à actualização anual, no mês de Janeiro, por aplicação do coeficiente de actualização das rendas, mediante comunicação prévia pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 2.^a

(Precariedade)

A cedência do gozo do imóvel identificado na cláusula antecedente é temporária, não tendo as partes intenção de celebrar um contrato de arrendamento.

Cláusula 3.^a

(Destino)

1. O imóvel cedido destina-se a actividades da Junta de Freguesia, designadamente como armazém e sala de reuniões.
2. A Segunda Outorgante pode permitir pontualmente a utilização do espaço por colectividades da Freguesia, desde que seja para o desenvolvimento de actividades de relevante interesse para com a comunidade.

Cláusula 4.ª**(Prazo)**

A cedência é efectuada pelo prazo de 2 anos, eventualmente renovável por períodos iguais a 1 ano, mediante pedido formal a apresentar pela Segunda Outorgante com a antecedência mínima de três meses.

Cláusula 5.ª**(Obras)**

1. As obras de remodelação e adaptação do imóvel que se afigurem necessárias são da responsabilidade da Segunda Outorgante.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a submeter à aprovação prévia do Primeiro Outorgante o projecto das obras a executar, sem prejuízo da obtenção dos licenciamentos eventualmente obrigatórios e pagamento das respectivas taxas.
3. Quaisquer outras obras que a Segunda Outorgante pretenda realizar no imóvel objecto da presente cedência carecem de autorização do Primeiro Outorgante.
4. As obras que forem realizadas constituem parte integrante do imóvel, não tendo a Segunda Outorgante direito a qualquer compensação no final do contrato.

Cláusula 6.ª**(Despesas e Encargos)**

As despesas decorrentes do gozo do imóvel cedido, nomeadamente as relativas a consumo de electricidade, água, gás natural, telecomunicações e despesas de

condomínio, bem como quaisquer obras de manutenção e conservação, serão suportadas pela Segunda Outorgante.

Cláusula 7.ª

(Plano e Relatório de Actividades)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a apresentar ao Primeiro, até ao final do mês de Março de cada ano, um relatório de actividades desenvolvidas no ano antecedente, com particular incidência nos aspectos de natureza financeira e explicitação dos objectivos e resultados alcançados e o plano de actividades para o ano em curso.

PB

2. O relatório mencionado no ponto antecedente pode ser substituído por declaração sob compromisso de honra de correcta aplicação dos recursos, para efeitos de cumprimento de deveres de fiscalização da rigorosa afectação dos recursos municipais.

Cláusula 8.ª

(Resolução)

1. O Primeiro Outorgante pode resolver o contrato se a Segunda:

- a) Destinar o imóvel a fim distinto do aqui contratado;
- b) Tolerar a permanência no imóvel cedido, de pessoas estranhas ao seu funcionamento;
- c) Não utilizar o imóvel cedido de forma prudente;
- d) Não tolerar a realização de obras, pelo primeiro Outorgante, no imóvel cedido;
- e) Não cumprir qualquer outra obrigação decorrente do presente contrato.

2. A resolução do contrato, com base nos fundamentos indicados no número antecedente, não confere à Segunda Outorgante o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 9.ª

(Denúncia)

É lícito a cada uma das partes denunciar o contrato, desde que o faça com três meses de antecedência sobre o seu termo, sem que tal confira direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.ª**(Fiscalização)**

A Segunda Outorgante obriga-se a permitir o acesso dos funcionários ou agentes do Primeiro ao imóvel cedido, para aferição do cumprimento das obrigações emergentes do presente contrato.

Cláusula 11.ª**(Transmissão da Posição Contratual)**

É proibida à Segunda Outorgante a cessão da sua posição contratual.

Cláusula 12.ª**(Devolução do Imóvel)**

Findo o presente contrato, pelo decurso do seu prazo ou em virtude de qualquer outra das situações previstas nas cláusulas antecedentes, a Segunda Outorgante obriga-se a entregar ao Primeiro, o imóvel cedido em bom estado de conservação, no prazo de 15 dias úteis.

Cláusula 13.ª**(Efeitos Jurídicos)**

1. O presente contrato substitui as condições de cedência anteriormente acordadas entre as partes.
2. Ao presente contrato aplicam-se as demais normas consagradas no Título II da Parte F do Código Regulamentar do Município do Porto.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

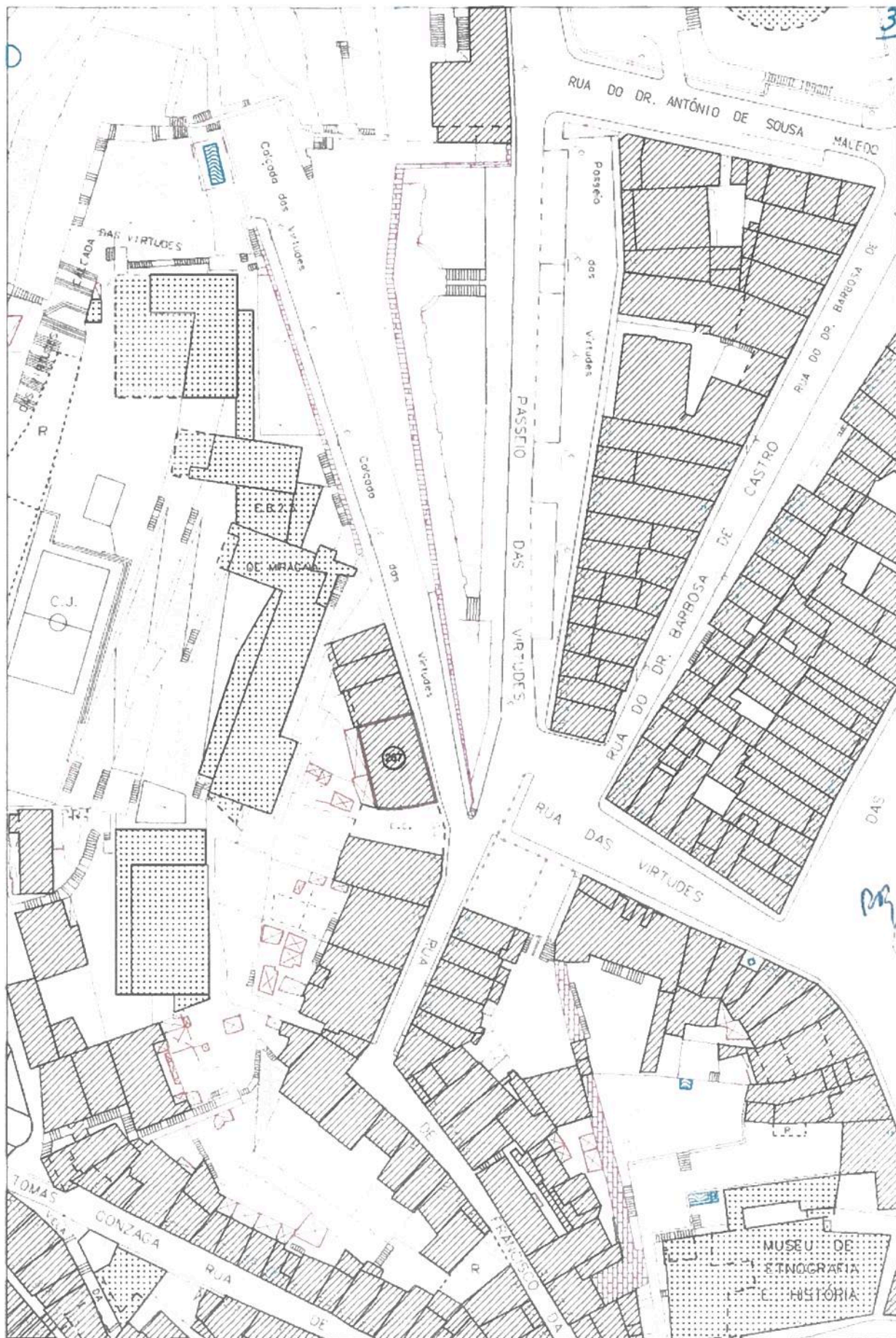
Porto, Paços do Município, aos 21 dias do mês de Janeiro do ano de 2011.

Pelo Município do Porto



Pela Freguesia de Miragaia





Planta de Localização

Calçada das Virtudes, 1/2

Data: 21/01/2011

Folha: B10-B11-C10-C11 AC 267

Escala: 1/1000



1557



Contrato de cedência temporária

Contrato de cedência temporária entre
Município do Porto e Junta de Freguesia do Bonfim
Rua de Vera Cruz, nº12

CONTRATO DE CEDÊNCIA TEMPORÁRIA

Entre:

Primeiro Outorgante: Município do Porto, pessoa colectiva n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, representado neste ato pela Exma. Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Professora Dra. Guilhermina Rêgo, adiante identificado como Primeiro Outorgante,

e

Segunda Outorgante: Junta de Freguesia do Bonfim, pessoa coletiva n.º 507 262 921, com sede no Campo 24 de Agosto, n.º 294, 4300-506 Porto, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel Carvalho, adiante identificada como Segunda Outorgante;

É celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objecto)

1. Pelo presente contrato o Primeiro Outorgante cede à Segunda Outorgante o gozo do imóvel municipal sito à Rua de Vera Cruz, n.º 12, na freguesia do Bonfim, desta cidade, melhor identificado na planta de localização anexa (Anexo I), composto por casa de rés-do-chão e sótão, com a área coberta de 35,00 m², e área descoberta de 25,00 m², que se encontra descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 3615/20060905, e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2039º.

Cláusula 2.ª

(Contrapartida financeira)

1. Pela cedência do gozo do imóvel será devida ao Primeiro Outorgante uma contrapartida financeira no montante de 30,00 € (trinta euros) mensais.

2. O pagamento daquele valor será devido a partir da data de assinatura do presente contrato e será efectuado até ao dia 9 de cada mês, entendendo-se que se o último for Sábado, Domingo ou Feriado, o prazo terminará no dia útil imediato. Este pagamento poderá ser efectuado na Tesouraria Municipal, CTT ou Multibanco.

23

3. A falta do pagamento no prazo definido no número antecedente, implica a cobrança de juros de mora.

4. O valor da contrapartida fica sujeito a atualização anual, por aplicação do coeficiente de atualização das rendas publicado em Portaria, mediante comunicação prévia pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 3.ª

(Contrato)

A cedência do gozo do imóvel identificado na cláusula antecedente é temporária, não tendo as partes intenção de celebrar um contrato de arrendamento.

Cláusula 4.ª

(Destino)

O imóvel cedido destina-se a ser utilizada pela Segunda Outorgante para a prossecução de atividades de apoio social.

Cláusula 5.ª

(Prazo)

A presente cedência é efectuada pelo prazo de 1 (um) ano, eventualmente renovável por período igual, mediante pedido formal a apresentar pelo Segundo Outorgante com a antecedência mínima de três meses relativamente ao termo do prazo, podendo haver nesse caso revisão das condições de cedência.

Cláusula 6.ª

(Obras)

1. As obras de remodelação e adaptação, que se afigurem necessárias para a utilização do imóvel para os fins previstos, são da responsabilidade da Segunda Outorgante.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a submeter à aprovação prévia do Primeiro Outorgante o projecto das obras a executar, sem prejuízo da obtenção dos licenciamentos eventualmente obrigatórios e pagamento das respectivas taxas.
3. Quaisquer outras obras que a Segunda Outorgante pretenda realizar no imóvel objecto da presente cedência carecem de autorização do Primeiro Outorgante.
4. As obras que forem realizadas constituem parte integrante do imóvel, não tendo a Segunda Outorgante direito a qualquer compensação no final do contrato.

Cláusula 7.ª

(Despesas e Encargos)

1. A instalação dos contadores de consumo de água e energia eléctrica e a celebração dos respetivos contratos de fornecimento são da responsabilidade da Segunda Outorgante.
2. As despesas decorrentes do gozo do imóvel cedido, nomeadamente as relativas a consumo de electricidade, água, gás natural, telecomunicações, bem como quaisquer obras de manutenção e conservação, serão suportadas pela Segunda Outorgante.

Cláusula 8.ª

(Plano e Relatório de Actividades)

A segunda outorgante obriga-se a apresentar ao Primeiro, até 30 de setembro, um relatório das atividades desenvolvidas nesse mesmo ano, com particular incidência nos aspectos de natureza financeira e explicitação dos objectivos e resultados alcançados e o plano de actividades para o ano em curso.

Cláusula 9.ª

(Resolução)

1. O Primeiro Outorgante pode resolver o contrato se a Segunda Outorgante:
 - a) Destinar o imóvel a fim distinto do aqui contratado;
 - b) Tolerar a permanência no imóvel cedido, de pessoas estranhas ao seu destino;
 - c) Não utilizar o imóvel cedido de forma prudente;
 - d) Não cumprir qualquer outra obrigação emergente do presente contrato.
2. A resolução do contrato, com base nos fundamentos indicados no número antecedente, não confere à Segunda Outorgante o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.ª

(Denúncia)

É lícito a cada uma das partes denunciar o presente contrato, desde que o faça com dois meses de antecedência sobre o seu termo, sem que tal confira direito a qualquer indemnização.

Cláusula 11.ª

(Fiscalização)

A Segunda Outorgante obriga-se a permitir o acesso dos funcionários ou agentes do Primeiro Outorgante ao imóvel cedido, para aferição do cumprimento das obrigações emergentes do presente contrato.

Cláusula 7.ª

(Despesas e Encargos)

1. A instalação dos contadores de consumo de água e energia eléctrica e a celebração dos respetivos contratos de fornecimento são da responsabilidade da Segunda Outorgante.
2. As despesas decorrentes do gozo do imóvel cedido, nomeadamente as relativas a consumo de electricidade, água, gás natural, telecomunicações, bem como quaisquer obras de manutenção e conservação, serão suportadas pela Segunda Outorgante.

Cláusula 8.ª

(Plano e Relatório de Actividades)

A segunda outorgante obriga-se a apresentar ao Primeiro, até 30 de setembro, um relatório das atividades desenvolvidas nesse mesmo ano, com particular incidência nos aspectos de natureza financeira e explicitação dos objectivos e resultados alcançados e o plano de actividades para o ano em curso.

Cláusula 9.ª

(Resolução)

1. O Primeiro Outorgante pode resolver o contrato se a Segunda Outorgante:
 - a) Destinar o imóvel a fim distinto do aqui contratado;
 - b) Tolerar a permanência no imóvel cedido, de pessoas estranhas ao seu destino;
 - c) Não utilizar o imóvel cedido de forma prudente;
 - d) Não cumprir qualquer outra obrigação emergente do presente contrato.
2. A resolução do contrato, com base nos fundamentos indicados no número antecedente, não confere à Segunda Outorgante o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.ª

(Denúncia)

É lícito a cada uma das partes denunciar o presente contrato, desde que o faça com dois meses de antecedência sobre o seu termo, sem que tal confira direito a qualquer indemnização.

Cláusula 11.ª

(Fiscalização)

A Segunda Outorgante obriga-se a permitir o acesso dos funcionários ou agentes do Primeiro Outorgante ao imóvel cedido, para aferição do cumprimento das obrigações emergentes do presente contrato.

Cláusula 12.ª

(Transmissão da Posição Contratual)

É proibida à Segunda Outorgante a cessão da sua posição contratual.

Cláusula 13.ª

(Devolução do Imóvel)

Findo o presente contrato, pelo decurso do seu prazo ou em virtude de qualquer outra das situações previstas nas cláusulas antecedentes, a Segunda Outorgante obriga-se a entregar ao Primeiro, o imóvel cedido em bom estado de conservação, no prazo de 15 dias úteis.

Cláusula 14.ª

(Efeitos Jurídicos)

1. O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. Ao presente contrato aplicam-se as demais normas consagradas no Título II da Parte F do Código Regulamentar do Município do Porto e demais legislação aplicável.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes outorgantes, depois de devidamente rubricado e assinado.



Porto e Paços do Município, ao 30 dia do mês de Março, do ano de 2015.

Pelo Município do Porto

Pela Freguesia do Bonfim





	Designação: Rua de Vera Cruz nº12		Desenho N.º PL.091.15		
	 Parcela Municipal	Ref.º	Processo N.º		
		Data: 20-02-2015	Revisão:	A	
		Desenhado: Paulo Seneal	Escala: 1/500		
		Verificado:	Folhas: 8/11		